

Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DOSSIÊ

Expressões contemporâneas
da questão agrária

v.31 n.1

Jan-Jun/2021

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA

Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA

Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos UFRJ

Paula Ferreira Poncioni UFRJ

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORES AD HOC V.31 N.1

Maristela Dal Moro UFRJ

Elaine Martins Moreira UFRJ

Leile Teixeira UFRJ

EDITOR TÉCNICO

Fábio Marinho

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

Silvina Galizia (espanhol)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Despejo das famílias do Acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio (MG), agosto de 2020. Foto: MST/MG.

Publicação indexada em:

[IBICT](#)

[Base Minerva UFRJ](#)

[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br

[@revistapraiavermelha](https://www.instagram.com/revistapraiavermelha)

(55) (21) 3938-5386

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)



Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).



Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

Sumário

	Apresentação	5	
	<i>Maristela Dal Moro, Elaine Moreira & Leile Teixeira</i>		
ARTIGOS DOSSIÊ	Ecologização do capital agrário: novas fronteiras para a expansão capitalista	14	
	<i>Julio Cesar Pereira Monerat</i>		
	“Questão Social”, Questão Agrária e Dependência em debate	39	 Você está aqui.
	<i>Cristiane Francelina Dias & Vanderlei Martini</i>		
	Tendências contemporâneas da dinâmica capitalista na “zona da cana” nordestina	65	
	<i>Lucas Bezerra</i>		
	Expropriação da terra na Amazônia: participação do Estado e desigualdade socioeconômica	83	
	<i>Mônica de Melo Medeiros & Joana Valente Santana</i>		
	A (contra) reforma agrária no Rio de Janeiro: a atuação do Judiciário fluminense	109	
	<i>Jessica Soares Borges et alia</i>		
	Políticas públicas de colonización agraria en Uruguay (1923-2020)	134	
	<i>Agustin Juncal Perez</i>		
	Experiências de comercialização de cestas da agricultura familiar no Rio de Janeiro: uma proposta de tipologia	158	
	<i>Layssa Ramos Maia de Almeida et alia</i>		
	Projeto “Cestas Verdes”: uma experiência concreta de Segurança Alimentar e Nutricional	184	
	<i>Raquel Santos Sant’Ana, Gabriel Okubo Awazu Palma & Julia Gusmini</i>		
ENTREVISTA	Eronildes de Souza Fermin	208	
	<i>por Maristela Dal Moro, Elaine Martins Moreira & Leile Teixeira</i>		



Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

“Questão Social”, Questão Agrária e Dependência em debate

Questão agrária
“Questão social”
Dependência

Na América Latina o avanço capitalista que se processa no campo teve e tem por base a grande propriedade da terra. O objetivo deste artigo é analisar esse espaço onde se estrutura o “desenvolvimento” e, conseqüentemente, onde se apresentam as primeiras formas de conflito entre o capital e o trabalho e as determinações que constituem as nossas relações sociais de capitalismo dependente. Neste estudo teórico conceitual, aponta-se para a “questão social” e a questão agrária como pares categoriais intrinsecamente vinculados e centrais para uma perspectiva de transformação social.

Cristiane Francelina Dias

Doutora em Ciências Sociais -Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA/UNB).
ccristerra@gmail.com

Vanderlei Martini

Professor Substituto no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (DESSO/UFOP), mestre em política social pela UNB
martini.rsmg@gmail.com

Social “Question”, Agrarian Question and Dependency under debate

In Latin America, the capitalist advance that takes place in the countryside has been based on the great ownership of the land. The aim of this article is to analyze that space where “development” is structured and, consequently, where the first forms of conflict between capital and labor and the determinations that constitute our social relations of dependent capitalism are presented. In this conceptual theoretical study, the “social question” and the agrarian question are pointed out as category pairs that are intrinsically linked and central to a perspective of social transformation.

Agrarian question
“Social question”
Dependency





Introdução

Neste artigo realizamos uma reflexão teórico-conceitual que fundamenta a particularidade do desenvolvimento capitalista dependente na América Latina, para o qual a terra e os diferentes tipos e sentidos de trabalhos condicionados à dita apropriação privada tornam-se o elemento constitutivo e contínuo. A base teórico-político-categorial que adotamos faz uma visitação a autores/as que se apoiam na teoria social marxiana para o desenvolvimento de suas pesquisas e interpretações, tanto os/as insertos/as no que denominamos pensamento social crítico latino-americano, como os/as que estão no âmbito da Teoria Marxista da Dependência – TMD. Nesse aspecto, o intuito de trazer essas reflexões não foi o de buscar um pensamento ou conceito único e ideal para aplicarmos a realidade que analisamos, mas de valorizar o trabalho interpretativo realizado por muitos/as autores/as que buscaram encontrar determinações concretas da realidade com a perspectiva incontestada de transformá-la.

Desta feita, para nos aproximarmos das múltiplas determinações que há na categoria questão agrária em sua relação com a questão social, convém pontuarmos em rápidas palavras o conteúdo que damos a “questão social” e o caráter desta relação. Esta temática está situada de forma pormenorizada no âmbito das discussões do Serviço Social e esse é o campo de referência necessário para a nossa correspondente exposição¹.

As contribuições deste campo do conhecimento delimitam o termo e o exemplificam a partir da descoberta e da análise marxiana da *lei geral da acumulação capitalista*, sintetizada no vigésimo terceiro capítulo do livro primeiro d’O capital, em que se revela a anatomia da “questão social”, sua complexidade, seu caráter de corolário necessário do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios.

A partir da análise marxiana em seu conjunto, entendemos que a “questão social” está, de forma elementar, determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho, ou mais precisamente, as suas relações de exploração. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da “questão social”; na sua integralidade, longe de qualquer uncausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos e culturais (NETTO, 2006).





Em meados do século XIX na Europa, pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Este pauperismo marca a emergência imediatamente visível da dimensão mais evidente da barbárie capitalista. Para Netto (2006), a partir da segunda metade daquele século, a expressão “questão social” deixa de ser usada indistintamente por críticos sociais de diferenciados lugares do espectro ideológico e político – ela desliza, lenta, mas nitidamente também, para o vocabulário próprio do pensamento conservador. Portanto, resumidamente, “questão social” é, em última instância, o conflito entre capital e o trabalho: é a origem das desigualdades econômicas, políticas e sociais. Entendida, desse modo, como o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista (CERQUEIRA FILHO, 1982; NETTO, 2006).

A “questão social” está intimamente ligada com a sociabilidade erguida sob o comando do capital. Sob o capitalismo, a escassez é produzida socialmente e resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas socializadas e as relações de produção que se materializam através da apropriação privada do excedente, do seu usufruto e destinação. Desta exposição extrai-se, portanto, que a “questão social” é constitutiva do capitalismo e não pode ser suprimida sem a supressão da ordem capitalista. Consequentemente, como aborda o autor, “questão social é insolúvel sob o capitalismo e inexistente qualquer nova “questão social”, o que há são novas formas de expressão da velha ‘questão social’ (NETTO, 2006, p. 160)”.

Após as lutas revolucionárias de 1848 e o acirramento das lutas de classes, a classe trabalhadora elevou-se de um patamar de classe em si, para classe para si, o acirramento da contradição e o antagonismo desvelaram o caráter conservador da burguesia em sua defesa intransigente da ordem e, demarcam o fim de um ciclo progressista da sua ação de classe. A partir de então a “questão social” perde sua estrutura histórica determinada e é crescentemente *naturalizada*, e “o enfrentamento das suas manifestações deve ser em função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, *a propriedade privada dos meios de produção*” (NETTO, 2006, p. 155, grifos originais).

Na sequência, no estágio monopolista do capitalismo (1890-1940, também conhecido como o período do imperialismo

**“Questão Social”, Questão Agrária
e Dependência em debate**

Cristiane Francelina Dias
Vanderlei Martini





clássico), o Estado passou a responder às manifestações da “questão social” por meio do desenvolvimento de políticas sociais, como elementos centrais e determinantes do desenvolvimento capitalista. Quer dizer: “é através das políticas sociais que o Estado burguês procura administrar as expressões da ‘questão social’” (NETTO, 2006, p. 31). Neste contexto, portanto,

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específica, mas garantindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011, p. 84).

Decerto, o Estado burguês não atua da mesma maneira nem com a mesma intensidade no que se refere ao atendimento dessas expressões, cabe destacar uma questão essencial sobre os momentos e processos históricos relativos ao duplo movimento de constituição do capitalismo no interior das nações e na relação com o mundo. Assim,

O que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações “tradicionais” da “questão social”, a emergência de novas expressões da questão social que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser. O problema teórico consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração [...] Em poucas palavras: a caracterização da “questão social”, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais (NETTO, 2006, p. 161, grifos originais).



Nas economias centrais, a questão agrária conforma a raiz do desenvolvimento capitalista - composição orgânica e técnica do capital, taxa média de lucro, renda da terra e níveis salariais e de consumo nacionais. Em um primeiro momento a questão agrária determinou a expulsão forçada dos camponeses do campo, o cercamento de terras e as novas regras jurídico-políticas que formalizaram o poder da burguesia, ancorado na propriedade privada da terra e no assalariamento dos trabalhadores.

Posteriormente, a questão agrária (distribuição da posse e uso da terra) no velho continente foi resolvida pelo capitalismo, ainda em sua fase industrial ou concorrencial porque era preciso criar um mercado para os produtos que nasciam na indústria.

Na América Latina, o capitalismo se desenvolveu no campo, com base na grande propriedade da terra. E, isso fora radicalmente distinto do que ocorreu nos países de capitalismo central. Concordamos com a proposição de que, se consolida nas economias dependentes, um tipo particular de questão agrária com “a manutenção de uma estrutura agrária condicionada à lógica de produção de mercadorias para as economias centrais, como caracterização e composição própria de um movimento tendencial único de desenvolvimento do capital” (TRASPADINI, 2016, p. 134).

Assim, “uma das originalidades do desenvolvimento do modo de produção capitalista na América Latina é o fato de que suas relações de produção típicas se desenvolvem primeiramente no setor primário” (BAMBIRRA e SANTOS; 1988, p. 103). O que rememora Florestan Fernandes,

No setor agrícola, a extinção do sistema colonial não provocou o colapso das antigas estruturas econômicas coloniais; ao contrário, as exigências do mercado mundial e da comercialização das matérias-primas em larga escala exigiam a sua persistência, como garantia ao aumento contínuo da oferta e dos grandes lucros dos importadores europeus [...]. O controle externo dos negócios de exportação e de importação, bem como da construção de uma rede moderna de comércio, bancos e outros serviços, redundava num processo crônico de capitalização para fora, ou seja, de exportação do excedente econômico como consequência da integração dependente na economia capitalista mundial (FERNANDES, 1981, p. 45-46).



Desse modo, podemos considerar que a apropriação privada da terra sempre se antecipou, na América Latina, ao seu cultivo útil. Os traços mais retrógrados do sistema de posse, atualmente ainda vigente, não provêm da crise do capital, mas nasceram durante os períodos de maior prosperidade no continente latino-americano.

No Brasil, por exemplo, a decadência do açúcar e o desaparecimento do ouro e diamante tornaram possível, na primeira metade do século XIX, uma legislação que assegurava a propriedade privada da terra a quem a ocupasse e a fizesse produzir. Em 1850, a ascensão do café como novo “produto rei” determinou a sanção da Lei de Terras (lei nº 601), cozinhada segundo o paladar dos políticos e dos militares do regime oligárquico, para negar a propriedade para os que nela trabalhassem.

De acordo com o poeta uruguaio Eduardo Galeano,

as burguesias destas terras nasceram como simples instrumentos do capitalismo internacional, prósperas peças da engrenagem mundial que sangrava as colônias e semicolônias. Os burgueses de vitrina, agiotas e comerciantes, que açambarcaram o poder político, não tinham o menor interesse em impulsionar a ascensão das manufaturas locais, já mortas ao nascer quando o livre-cambismo abriu as portas à avalanche de mercadorias britânicas. Seus sócios, os donos das terras, não estavam, por sua vez, interessados em resolver “a questão agrária”, senão na medida de suas próprias conveniências. O latifúndio consolidou-se sobre o saque, ao longo do século XIX. A reforma agrária foi, na região, uma bandeira precoce (GALEANO, 1979, p. 128-129).

Portanto,

a questão agrária, entendida como categoria analítica fundamental, explica o histórico funcionamento do processo de gênese e desenvolvimento do capitalismo na América Latina. [...]. Essa questão nos remete ao passado-presente do desenvolvimento dependente, próprio, do capitalismo latino-americano. Nos autores centrados nas teorias do desenvolvimento latino-americano como, por exemplo, a perspectiva da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), o estudo da questão agrária nos conduz à discussão de um movimento histórico arcaico/moderno, cujo fundamento e explicação são dados pelo processo urbano, industrial, cosmopolita (TRASPADINI, 2016, p. 114).





Do que foi exposto até aqui podemos concluir que, a questão agrária é, por um lado, a expressão da “questão social”: ou seja, do conflito entre o capital e o trabalho. E, por outro, a própria categoria incontornável no caso de se querer apreender múltiplas determinações da realidade latino-americana para daí transformá-la. Por aqui, a dependência está enraizada na questão agrária e é central para entendermos a América Latina.

A centralidade posta, nestes termos, orienta nosso método de análise para o entendimento do movimento, das particularidades, da forma pela qual o capitalismo se objetiva em nosso continente, ou seja, as determinações do seu modo particular de desenvolvimento, que avança e retrocede, munido dialeticamente, de modernizações e barbáries. Desse entendimento é que se busca, na análise sequente, compreender as bases que constituem a nossa “questão social” e agrária.

“Questão Social”, Questão Agrária e Dependência em debate

Existem vários preâmbulos no debate categórico da “*Questão Social*”, *Questão Agrária e Dependência*, que renderiam muitas páginas e que não caberiam em um artigo, se voltássemos nossas atenções para as especificidades e divergências conceituais desta temática. Os elementos que apresentamos neste artigo compõem uma tentativa de aproximação e síntese desse arcabouço teórico e trajetória de debates. É certo que este processo de delimitação parte de uma contextualização e, portanto, de uma verificação crítica, que permite apreender os avanços dessas contribuições, assim como os seus limites.

As linhas interpretativas que trouxemos nesta breve exposição influenciaram de diferentes maneiras e intensidade as análises realizadas por diversos pensadores latino-americanos. E, nesse sentido, se relacionarmos essas discussões com as questões que perpassam a dinâmica de nossas realidades e de nossas interpretações, encontraremos diferenças, mas, também, muitas similitudes. São contribuições teóricas valiosas, e, incansáveis interpretações, que se vinculam com as tentativas concretas de transformação. Seu maior legado é possibilitar que ampliemos nossa compreensão da realidade, que nos apropriemos do método de estudo, e, enfim, que pensemos a América Latina com a perspectiva de transformá-la.

“Questão Social”, Questão Agrária e Dependência em debate

Cristiane Francelina Dias
Vanderlei Martini



Para os autores vinculados à Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, a superação do arcaico seria a condição para a superação do subdesenvolvimento e da dependência, e a reforma agrária apareceria como um dos meios para tal. Essa proposição de reforma no campo estava fundamentalmente embasada dentro dos trâmites legais e dos limites da ordem capitalista. Neste campo propositivo, apenas a reforma agrária possibilitaria a inserção do progresso técnico na agricultura, tarefa essencial para a realização de um projeto de desenvolvimento nacional. Neste sentido, apenas o Estado seria o agente capaz de promover essas transformações, que iriam se contrapor diretamente aos interesses das oligarquias agrárias que concentravam a propriedade e a posse da terra.

Para superar as consequências de uma heterogeneidade estrutural, nas economias latino-americanas, com base no modelo agroexportador e na deterioração dos termos de intercâmbio, se formularam teses fundamentadas por um desenvolvimentismo tradicional, ou seja,

Prebisch, Pinto e Furtado propunham corrigir essas deficiências mediante processos de industrialização, destinados a superar a baixa produtividade da produção agrícola e a escassez geral do poder aquisitivo. Confiavam na eficácia das políticas econômicas e na força do Estado para melhorar a posição da região no capitalismo mundial. Esperavam induzir um salto do Estado periférico para algum patamar mais avançado (KATZ, 2016, p. 162).

Já a Teoria Marxista da Dependência - TMD, especialmente as formulações de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos, defendia uma radicalização destas elaborações². Apontavam a superação da dependência via caminhos de negação do capitalismo e não de seu desenvolvimento. Sobre a superação marxista no âmbito das teorias dependentistas, valem as considerações de Katz (2018),

Solo la variante marxista perduró y gesteo un pensamiento coherente con los pilares del dependentismo. Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos y Vania Bambirra fueron sus principales exponentes. Primero, reformularon las viejas interpretaciones del subdesarrollo centradas en la confiscación imperial de los recursos de la periferia. Luego, combinaron ese legado con ciertas peculiaridades de América Latina



para explicar la reproducción económica dependiente y la inserción internacional subordinada de la región. Una trayectoria totalmente opuesta siguió la corriente inspirada por Fernando Henrique Cardoso. Partió de una visión weberiana y concibió la dependencia en restrictivos términos políticos. Luego de retratar distintos grados de autonomía de regiones y países de América Latina, rechazó la contraposición básica entre dependencia y subdesarrollo (KATZ, 2018, p. 11).

Esta posição teoricamente superior da TMD neste período ocorre e se desenvolve, ancorada nos ambientes revolucionários vividos pela América Latina no século XX. A ação política e o perfil das ideias dos seus representantes se fortalecem, se orientam e se definem pelo advento da revolução cubana. Na assertiva de Theotonio dos Santos,

Enfocar a dependência como uma condição que configura certo tipo de estruturas internas significa tomar o desenvolvimento como fenômeno histórico mundial, como resultado da formação, expansão e consolidação do sistema capitalista. Esta perspectiva implica a necessidade de integrar, em uma única história, a perspectiva da expansão capitalista nos países atualmente desenvolvidos e seus resultados nos países por ela afetados. Mas não se trata de tomar estes resultados como simples “efeitos” do desenvolvimento capitalista, mas como sua parte integrante e determinante. Ao se dar este passo teórico, delimita-se claramente a especificidade histórica do desenvolvimento dos países hoje capitalistas e, em consequência, a especificidade do desenvolvimento dos países hoje subdesenvolvidos. O estudo do desenvolvimento do capitalismo nos centros hegemônicos deu origem à teoria do colonialismo e do imperialismo. O estudo do desenvolvimento de nossos países deve dar origem à teoria da dependência. Compreender a dependência conceituando-a e estudando seus mecanismos e sua legalidade histórica não significa apenas ampliar a teoria do imperialismo, mas também contribuir para a sua reformulação (SANTOS, 2006, p. 395-396).

As elaborações em torno da TMD, portanto, desenvolviam-se em contraposição às concepções que defendiam um tipo de feudalismo nas Américas, bem como, as proposições políticas, daí decorrentes, ou seja, as tentativas de aliança entre os trabalhadores e a burguesia para construir uma revolução democrático-burguesa. Conforme as indicações de Vânia



Bambirra, entendemos o contexto em que as formulações da TMD se concretizam, um ambiente de

profunda crisis estructural que azota al capitalismo dependiente en América Latina y que se manifiesta de manera incontrovertible a partir de los primeros años de la década de los sesenta. Esa crisis generalizada – económica, política, social y cultural – echa por tierra la concepción estratégico-tática de los partidos comunistas que fundada en una interpretación dogmática y esquemática de la realidad latinoamericana preconizaba una alianza de las clases explotadas con la burguesía nacional progresista – dentro de la cual el proletariado debería luchar por su hegemonía – para alcanzar la instalación de gobiernos nacionalistas y democráticos, vale decir, “antioligárquicos”, “antifeudales”, y “antiimperialistas”. Y echa por tierra también todos los supuestos básicos en los cuales se asentaba la teoría desarrollista de la cepal, que ya han sido por lo demás analizados y criticados exhaustivamente pero vale la pena resumir en someras líneas: el supuesto de un “modelo” de desarrollo calcado de los países desarrollados hacia el cual América latina debería encaminarse; para eso era necesario – y se creía posible- eliminar los obstáculos sociopolíticos y culturales al desarrollo que estaban incrustados en las llamadas “sociedades tradicionales” a través de la utilización racional de los recursos nacionales por medio de un planeamiento racional; como condición de ello era necesaria la movilización y organización de la voluntad nacional para la política de desarrollo. El supuesto básico de que el desarrollo interesa a todos (sin preguntar por cierto qué tipo de desarrollo interesa a cada clase) daba la premisa clave para una ideología del desarrollo. Esta ideología ya venía siendo promovida en América latina a través de las mejores expresiones del nacionalismo populista. Pues bien, la crisis del capitalismo dependiente cuestionaba todos estos supuestos que se condensaban en la ilusión de la posibilidad de un desarrollo nacional autónomo. La crisis ponía al desnudo una realidad que era otra y contradecía los esquemas aparentemente muy lógicos. La crisis descubría el nuevo carácter de la dependencia en América Latina. Esta, al generar nuevas y más agudas e irresolubles contradicciones, liquidaba definitivamente la posibilidad de un desarrollo capitalista nacional autónomo en el continente (BAMBIRRA, 2010, p. 132-133).

Em contrapartida, o que se irá defender será a concepção da América Latina como sistema coerente e integrado, de natureza capitalista, em que o subdesenvolvimento não era visto e

“Questão Social”, Questão Agrária e Dependência em debate

Cristiane Francelina Dias
 Vanderlei Martini



analisado como fenômeno de sociedades atrasadas e pré-capitalistas, mas como produto dessa expansão capitalista no mundo, e que deveria ser enfrentado através da determinação da revolução socialista como única alternativa realista possível.

O debate na vertente marxista da dependência buscava compreender, no apogeu das produções de suas teses mediadas pelo violento contexto de ditadura real no continente, o caráter das contradições do capitalismo dependente no pós-guerra, assim como fornecer as bases para a orientação tático-estratégica dos movimentos revolucionários da região, visando superar os baques ocasionados pelos erros programáticos da esquerda (SEABRA, 2017). Havia, portanto, críticos acirrados desse afã desenvolvimentista como etapa necessária, ou mediação indispensável, para se avançar rumo a uma transformação social radicalizada; como, por exemplo, Caio Prado Junior (1979).

Francisco de Oliveira (2013) sintetiza esse período com um método de interpretação que havia ficado ausente da literatura econômica latino-americana, durante muito tempo. Observa o autor que

convém assinalar que, por todos os lados, o pensamento socioeconômico latino-americano dá mostras de insatisfação e de ruptura com o estilo cepalino de análise, procurando recapturar o entendimento da problemática latino-americana mediante a utilização de um arsenal teórico e metodológico que esteve encoberto por uma espécie de ‘respeito humano’ que deu largas à utilização do arsenal marginalista e keynesiano, estes conferindo honorabilidade e reconhecimento científico junto ao establishment técnico acadêmico [...] A dualidade reconciliava o suposto rigor científico das análises com a consciência moral levando a proposições reformistas (OLIVEIRA, 2013, p. 30-31).

Portanto, o que se conclui, é que o modo de produção capitalista ao longo de seu desenvolvimento gera contradições que são inerentes ao seu próprio modo de funcionar. Estas se expressam na máxima socialização do processo de produção – divisão do trabalho – e na apropriação privada dos resultados produtivos. O desenvolvimento desigual e combinado, “é uma característica fundante dessa história e, por isso, permanece atual. O desenvolvimento desigual e combinado caracteriza toda a formação social brasileira, ao longo da Colônia, Império e República” (IANNI, 1996, p. 59).



Esta linha de força argumentativa seguia na contramão do que apontava a visão dualista, especialmente a da CEPAL, que defendia um desenvolvimento capitalista que resolvesse o problema da pobreza e da desigualdade, ou seja, uma modernização possível com a superação dos setores tradicionais da sociedade. Porém, o que faltava a esta última interpretação era a compreensão imediata de que a pobreza e a desigualdade mencionadas são resultantes do próprio sistema capitalista e de sua “modernização” correspondente. A crítica realizada por Oliveira (2013) partia desse acúmulo histórico para encontrar caminhos para a compreensão, crítica e a superação da razão dualista. Nas palavras do autor;

O esforço reinterpretaivo [...] suporta-se teórica e metodologicamente em terreno completamente oposto ao do dual-estruturalismo: não se trata, em absoluto, de negar o imenso aporte de conhecimentos bebido diretamente ou inspirado no ‘modelo Cepal’, mas exatamente de reconhecer nele o único interlocutor válido, que ao longo dos últimos decênios contribuiu para o debate e a criação intelectual sobre a economia e a sociedade brasileira e latino-americana (OLIVEIRA, 2013, p. 31-32).

As contribuições de Ruy Mauro Marini (2000), delimitam o capitalismo dependente e suas independências formais no século XIX, o que, segundo o autor, em meados deste século irá consolidar plenamente as suas relações de produção. Suas reflexões acrescentam ainda que

as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região. Em outras palavras, é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe (MARINI, 2000, p. 109).

Corroboram com esta definição as contribuições posteriores, advindas de Theotonio dos Santos. No contexto de lutas, embates



teóricos e políticos vivenciados pelos autores, explicar o caráter dessa relação de dependência era, portanto, crucial para o entendimento da realidade e as ações levadas a termo neste momento.

A dependência é uma situação em que um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual a própria está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre elas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e auto-impulsar, enquanto outros países (os dependentes) só podem fazer isso como reflexo dessa expansão, que pode agir de forma positiva ou negativa sobre o seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação básica de dependência leva a uma situação global dos países dependentes que os coloca em posição de atraso e sob exploração dos países dominantes. Assim, os países dominantes dispõem de um predomínio tecnológico, comercial, de capital e sociopolítico sobre os países dependentes (com predomínio de alguns desses aspectos nos vários momentos históricos) que lhes permite impor-lhes condições de exploração e extrair parte dos excedentes produzidos anteriormente. Portanto, a dependência baseia-se em uma divisão internacional do trabalho que permite o desenvolvimento industrial de alguns países e limita este mesmo desenvolvimento em outros, submetendo-os às condições de crescimento induzido pelos centros de dominação mundial. A divisão internacional do trabalho entre os produtores de matérias-primas e produtos agrícolas e os produtores de manufaturas é um resultado típico do desenvolvimento capitalista, que assume a forma necessária da desigualdade combinada entre os vários países. Esta forma desigual é uma consequência do caráter da acumulação do capital em que o crescimento da economia baseia-se na exploração de muitos por poucos e na concentração dos recursos do desenvolvimento econômico social em mãos desta minoria. Grupos minoritários nacionais com alta concentração de capital, domínio do mercado mundial, monopólio das possibilidades de poupança e investimento são elementos complementares no estabelecimento de um sistema internacional desigual e combinado (SANTOS, 2006, p. 397).

E o que ocorre, nas economias de capitalismo dependente, é que a questão agrária demarca o processo particular relativo à



forma-conteúdo da superexploração da força de trabalho, como fundamento do desenvolvimento do subdesenvolvimento.

A economia brasileira, na medida em que se encontra centrada na produção para a exportação de produtos agrícolas, particularmente o café, é capaz de assimilar, dentro de certos limites, uma tecnologia moderna (e os limites estão dados pela abundância de mão-de-obra barata), mas não tem capacidade para produzir esta tecnologia. Nisso reside a razão de fundo de a oligarquia agrário-exportadora ser uma classe essencialmente conservadora, pois só pode relacionar-se com o mundo moderno, capitalista, a partir da perspectiva do vendedor ou do consumidor, jamais a partir do produtor dos instrumentos científicos e tecnológicos do desenvolvimento. Daí provém sua necessidade de aferrar-se ao status quo, de pôr-se numa atitude refratária às mudanças verdadeiramente modernizadoras, de frustrar a emergência de novos setores produtivos, de novas classes sociais. Só dessa maneira pode manter intacto e inquestionável seu poder hegemônico. Contudo, seu conservadorismo é vã ilusão. Pois é do próprio seio do sistema oligárquico que começa a gestar-se um lento mas paulatino processo de industrialização e configuram-se as novas classes que passarão a ser as protagonistas dos capítulos seguintes da história (BAMBIRRA e SANTOS, 1988, p. 103).

A especificidade da América Latina estaria dada por essa forma particular em que esses modelos de produção diferenciados funcionam numa mesma unidade. O que acrescenta Fernandes (1981):

Portanto, uma sociedade subdesenvolvida, que se encontre no estágio do capitalismo dependente, não só possui uma economia de mercado capitalista, no sentido moderno. A sua própria ordem econômica é uma ordem capitalista. Sob esse aspecto, ela reproduz várias condições essenciais para a existência, o funcionamento e o crescimento do regime social de produção capitalista [...]. Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas (FERNANDES, 1981, p. 36).

Essa especificidade foi sendo aprofundada no curso do século XX e estará marcada neste longo período pela criação de uma grande periferia onde predominam relações de produção aparentemente pré-capitalistas, como forma e meio de sustento e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são, em longo prazo, a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema.

No Brasil, a produção cafeeira em alta escala, configura já, no fundamental,

[...] um modo de produção capitalista típico, pois se articula com base na separação entre os proprietários privados dos meios de produção, por um lado, e, por outro, da oferta livre da força de trabalho. A proliferação das relações capitalistas típicas se explica em última instância como resultante de um profundo processo de modernização do setor primário-exportador (o que ocorre em vários países latino-americanos), consequência da nova expansão do capitalismo mundial, em especial o da Inglaterra. Esta nova etapa, que se costuma chamar segunda revolução industrial, e que se caracterizou pela produção mecânica das máquinas de fazer máquinas, acarreta efeitos substanciais na reorganização do sistema produtivo dependente, que tornar-se mais eficiente para poder suprimir as necessidades crescentes de produtos agrícolas e matérias-primas das metrópoles. Estas precisam de estimular na periferia do sistema capitalista a expansão de mercadorias aptas para consumir a produção em série de seus artigos industriais. Como já mencionamos, é neste contexto que se insere a abolição da escravidão do Brasil. Obviamente, a dinâmica modernizadora do aparato produtivo exportador estende seus efeitos ao conjunto da sociedade dependente, tendendo a generalizar as consequências da formação do mercado livre de trabalho (BAMBIRRA e SANTOS, 1988, p. 104).

Observa-se desse modo, que o que se colocava em questão, nesse momento na América, era o debate sobre a questão do poder do Estado capitalista, e as suas consequências para aqueles projetos que se pretendiam transformadores. Expressava-se, portanto, uma efervescência de lutas no mundo inteiro, que caminhava ao lado das propostas institucionais de “desenvolvimentismo” e de modernizações conservadoras.

Este fenômeno social toma corpo e se desponta, pós-Segunda Guerra Mundial, expressando bandeiras oriundas da luta do



movimento estudantil e das forças camponesas. Observa-se nos processos de insurreições e revoluções que ocorreram no século XX na América Latina, que tiveram a participação massiva e influências dos camponeses. As “revoluções mexicana (1910), boliviana (1952), cubana (1952) e nicaraguense (1979) contaram com a participação dos camponeses, ao lado de operários urbanos, operários rurais, mineiros, empregados, funcionários e outras categorias sociais” (Ianni, 1985, p. 16). Destaca-se também o caso Peruano (1957/65), onde a questão da terra foi muito importante, inclusive com movimento guerrilheiro de base camponesa e o caso do Chile (1970/73), que trouxe as contradições do campo para o movimento político nacional em torno de Salvador Allende. Portanto, há uma longa história precedendo a participação de camponeses nas diferentes revoluções ocorridas ao longo do século XX.

Esta onda das massas que percorreu não somente o Brasil nesta época, mas todo o continente, se inseria dentro do quadro político resultante da espetacular vitória na Revolução Cubana, que exerceu uma grande influência no movimento popular e, com seu exemplo, contribuiu significativamente para radicalização do anti-imperialismo, para o questionamento do reformismo e para pôr a alternativa socialista na ordem do dia (BAMBIRRA; SANTOS, 1988, p. 127).

O contexto de crise mundial do capitalismo entre 1914-1929, a quebra do mercado de ações nos Estados Unidos, refletem em nosso continente, principalmente na redução das exportações; essa inflexão econômica, no entanto, possibilita uma maior articulação entre os países da região em relação às economias centrais, e também demarca um período de grandes instabilidades políticas e lutas sociais. A crise capitalista possibilita que o eixo de acumulação se desloque para a indústria latino-americana; entretanto, a situação de dependência e de superexploração da força de trabalho se acentua e se agudiza. Nas palavras de Marini, essa industrialização ocorre,

incidindo sobre uma estrutura produtiva baseada na maior exploração dos trabalhadores, o progresso técnico tornou possível ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar a sua produtividade e, simultaneamente, manter a tendência a remunerá-lo em proporção inferior a seu valor real. Para isso concorreu decisivamente a vinculação das novas técnicas de produção a ramos industriais





orientados para tipos de consumo que tendem a converter-se em consumo popular nos países avançados, não podem fazê-lo sob nenhum suposto nas sociedades dependentes (MARINI, 2000, p. 147).

Assim, no âmbito governamental, algumas tentativas desenvolvimentistas, de caráter nacionalista e com ampla dimensão popular, serão ensaiadas. Por exemplo, os governos de Getúlio Vargas (1930-45 e 1951-54), Lázaro Cárdenas (1934-40) e Juan Domingo Perón (1946-55) expressaram no Brasil, México e Argentina a necessidade de arranque, desenvolvimento ou consolidação, segundo cada caso e cada período, da indústria nacional.

Para os autores citados acima, são estes fatores-chaves que possibilitam a industrialização, ou seja, que o eixo do sistema de dominação dependente se vá reorientando em função deste novo polo dinâmico do sistema. Assim, tendo por base estes elementos, é possível compreender por que alguns países latino-americanos, frente a uma situação internacional como a vivenciada em 1929 e o período de guerra subsequente de 1939-1945, sobressaem-se industrialmente, a partir da substituição de importações e da criação uma base industrial; enquanto outros atravessam um período de crises e estancamento, sem nenhuma possibilidade de desenvolvimento industrial, como foi o caso dos países centro-americanos, Bolívia, Equador, Peru, Venezuela, etc.

O sistema mundial capitalista estabelece em seu curso diversas divisões internacionais do trabalho, nas quais adquire sentido o papel fundamental que a América Latina desempenha como região produtora de metais preciosos, matérias-primas e alimentos desde a etapa colonial até a etapa do padrão primário-exportador. A crise desse padrão, a etapa de transição que se gera e a posterior conformação do padrão industrial na América Latina têm lógicas internas, porém estas se articulam com a crise do mercado mundial derivada da longa etapa que vai da Primeira Guerra Mundial à Crise de 1929 e à Segunda Guerra Mundial e que exigem do capital local a geração de um processo de industrialização como forma de reprodução (OSÓRIO, 2012, p. 79).

Mas o processo industrial que corresponderia aos países latino-americanos, sofre da adequação da estrutura de produção à estrutura de circulação própria do capitalismo dependente, ou seja, comprimir ao máximo o nível de vida das massas



trabalhadoras é um componente insuprimível da extração da mais-valia produzida pelos trabalhadores e trabalhadoras. Daí resulta que

A exportação de manufaturas tanto de bens essenciais como de produtos suntuários se converte na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores desarticuladores que a afetam. Desde os projetos de integração econômica regional e sub-regional até o desenho de políticas agressivas de competição internacional, se assiste em toda América Latina à ressurreição do modelo da velha economia exportadora (MARINI, 2000, p. 150).

No âmbito agrário, a experiência mexicana teve características excepcionais, com o ciclo nacionalista de Lázaro Cárdenas que rompe os laços com os latifundiários, e leva adiante um processo de reforma agrária. Esta ampla distribuição de terras, que correspondia aos anseios das lutas camponesas que agitavam o país desde 1910 tinha por certo, uma conotação socialista e prometia muito mais do que finalmente se lega ao processo de mudança na América Latina.

No geral, o que ocorre como generalização nos países latino-americanos é o inverso do que ocorrera no México e que advertira Mariátegui: “em nenhuma parte a divisão da propriedade agrária, ou melhor, sua redistribuição, foi possível sem leis especiais de expropriação que transferisse o domínio do solo à classe que o trabalha” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 87).

Na América Latina, como um todo, os governos que tendiam à industrialização deixaram intacta a estrutura latifundiária, que continuou estrangulando o desenvolvimento do mercado interno. Em função da permanência da concentração da propriedade da terra, a questão agrária emergia como um dos problemas centrais a serem enfrentados, a fim de superar os traços de nossa formação colonial, que permanecia viva e incrustada na debilidade das forças produtivas e na precariedade das relações de trabalho. Na Argentina, por exemplo, o governo peronista não modificara a estrutura socioeconômica:

A dependência externa do país, em comércio e investimentos, em relação à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos, é atenuada em aspectos superficiais e mantida e agravada nos níveis decisivos. O regime agrário latifundiário segue intacto, salvo algumas restrições na

comercialização externa dos cereais (a de carnes continua em mãos dos frigoríficos estrangeiros (KAPLAN, 1988, p. 46-47).

E, portanto, no Brasil,

Getúlio Vargas era um próspero latifundiário e, no entanto, assumiu a liderança da luta cujo alvo fundamental era o poder oligárquico e desenvolveu, durante seus dois períodos governamentais, uma política que correspondia essencialmente aos interesses industriais, ainda que tenha feito várias “concessões” substanciais `à velha oligarquia. Isto se explica em parte pela mencionada simbiose de interesses mas, sobretudo, pela consciência de setores das classes dominantes da necessidade de impulsionar os interesses fundamentais do sistema de dominação em seu conjunto, para tratar de criar as condições indispensáveis para o desenvolvimento do núcleo central da acumulação capitalista: a base industrial [...] A burguesia industrial se aproveita assim das pautas de funcionamento do sistema oligárquico no nível político assim como se aproveitará também mais intensamente de seu aparato econômico [...] o financiamento estatal do café mantinha sua produção, favorecia por um lado a oligarquia mas, por outro, e isso era o fundamental, suas receitas eram usadas para custear a compra de matérias-primas e máquinas para a indústria. Temos chamado este fenômeno de acumulação externa de capitais, ou seja, a necessidade de que o capitalismo dependente inclua na reprodução do sistema o setor externo (BAMBIRRA e SANTOS, 1988, p. 111-112).

Este tema foi explorado por Francisco de Oliveira, na sua *Crítica à Razão Dualista* (2013); o processo que se instaura, portanto, de maneira geral, constitui-se da mesma dinâmica: expulsão de boa parte dos camponeses das suas terras, deslocamento de grandes contingentes populacionais para os grandes centros urbanos em condições precárias de vida. Paralelo a esse processo, assim como ocorreu nos países de capitalismo central, ergue-se toda uma legislação “sanguinária” que inviabiliza qualquer processo de democratização ao acesso a terra. Observa-se que a população do campo torna-se minoritária e nos transformamos numa sociedade urbano-industrial, ou, capitalista, em sentido pleno. Essas características saltavam aos olhos ao se observar a realidade rural do Brasil, nas décadas de 50 e 60, como bem observado por Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos (1988):



[...] houve uma classe absolutamente menosprezada pela revolução burguesa no Brasil – tanto por Vargas quanto pelos governantes que lhe sucederam – foi sem dúvida a camponesa. Sua situação permaneceu tal qual no passado: despojada progressivamente de suas terras, analfabeta, doente e faminta. O caráter intocável da questão agrária, embora esta fosse uma condição de suma importância para a ampliação do mercado e para a promoção de um intenso desenvolvimento das forças produtivas (BAMBIRRA e SANTOS, 1988, p. 113).

Assim, ao mesmo tempo em que é produzida muita riqueza nesta sociedade, fruto do trabalho de milhões de trabalhadores, são geradas enormes desigualdades sociais intrínsecas ao desenvolvimento capitalista. O que Marx, em *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844, já evidenciara:

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção cresce em poder e volume. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas, cresce a desvalorização do mundo dos homens em proporção direta [...] produz obras maravilhosas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas mutilação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas (MARX, 2015, p. 304-307).

Em um polo, o capitalismo fomenta a produção de riquezas e, no outro, proporcionalmente, produz acentuadamente a pobreza. A demonstração dessa contradição foi abordada também por Marini, em suas palavras:

Pois bem, o que se pretende demonstrar [...] é, primeiro, que *produção capitalista, ao desenvolver a força produtiva do trabalho, não suprime, mas acentua a maior exploração do trabalhador e, segundo, que as combinações de formas de exploração capitalista se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma forma determinada* (MARINI, 2000, p. 160, grifos originais).

E, em se tratando do capitalismo na América Latina, essa desigualdade é extrema. E neste quesito, é precisa a análise empreendida por Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos, a respeito do Brasil:





as tendências estruturais do desenvolvimento capitalista dependente brasileiro tenderão a acentuar, cada vez mais, como necessidade de sobrevivência intrínseca ao sistema, a exclusão das imensas maiorias dos frutos deste desenvolvimento; a intensificar progressivamente a já estreita vinculação das classes dominantes nativas com o imperialismo através da desnacionalização crescente da economia brasileira; de prosseguir a superexploração da classe operária através da manutenção de níveis salariais regressivos ou quando muito estanques (BAMBIRRA e SANTOS, 1988, p. 146).

A precariedade do trabalho que se manifestava nas indústrias nascentes do Brasil já estava generalizada no campo, era o que sustentava as análises de Caio Prado Junior (1979). Tanto que, não havia uma legislação trabalhista no campo e, quando finalmente foi promulgada, em 1963, se assemelhou a uma transplantação daquela que vigorava para o trabalhador urbano.

Frente a essa situação de trabalho deplorável no campo, assim como na cidade, o autor defendia, como objetivo central da Revolução Brasileira, romper com a pobreza do trabalhador e da trabalhadora. Encontra-se em suas proposições, como a primeira frente de luta, uma legislação social trabalhista, a qual deveria, antes de tudo, captar a complexidade das relações de trabalho vigentes no campo. Pois, como advertia o autor, se nos propusermos a analisar e corrigir a “deplorável situação de miséria material e moral da população trabalhadora no campo brasileiro – e nisso consiste preliminarmente, sem dúvida alguma, a nossa questão agrária – é disso que nos devemos ocupar em primeiro e principal plano” (PRADO JR., 1979, p. 22).

São questões que também foram tratadas por José Carlos Mariátegui, em suas análises sobre a problemática agrária no Peru e conseqüentemente da “questão indígena³” - a luta dos povos indígenas pela terra e pelo direito de nela produzir. Para o autor, a “questão indígena” nasce da própria economia, ou seja, “tem suas raízes no regime de propriedade da terra. Qualquer medida de resolvê-la com medidas de administração ou polícia, com métodos de ensino ou obras de estradas, constitui um trabalho superficial ou adjetivo” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 53).

A partir dessas contribuições, entendemos que as populações originárias na sociedade peruana eram compostas pelo agricultor tradicional, formando uma comunidade de indivíduos que fazia





parte de um mundo econômico, social, cultural diferente ao que se constituiu a partir da colônia. Assim, contudo, agrega o autor, “não nos contentemos em reivindicar o direito do índio à educação, à cultura, ao progresso, ao amor e ao céu. Começamos por reivindicar, categoricamente, seu direito à terra” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 68). Em síntese, o que se extrai é que o problema da economia peruana estava na sua própria estrutura, em seu caráter dependente dos mercados internacionais, assim como no caráter da sua propriedade agrária, diga-se, concentrada e desigual.

Assim, o regime de propriedade imprime sua marca no regime de produção e de distribuição das riquezas produzidas socialmente. Em fins dos anos 1970, 1,5% dos fazendeiros latino-americanos possuíam a metade do total das terras cultiváveis e, de acordo com os registros da época, verifica-se que “a América Latina gasta, anualmente, mais de US\$ 500 milhões para comprar, no estrangeiro, alimentos que poderia produzir sem dificuldade alguma em suas imensas e férteis terras” (GALEANO, 1979, p. 139). Para Traspadini, a América Latina é diversa e una. Ou seja:

diversa no sentido que cada processo particular demarca a dificuldade concreta de explicitar o movimento como se o mesmo fosse linear e homogêneo, quando em realidade é contraditório e conformado por situações concretas muito distintas. Una por sua história demarcar a dimensão sociocultural do poder com tendências homogeneizadoras através da conquista/invasão colonial. Processo que define, a partir de um ambiente de guerra, a hegemonia do capital comercial e bancário europeu em transição para o capital industrial. A unidade definida pelo processo colonial demarca como a diversidade foi substituída por uma única ideia de progresso, modernização, desenvolvimento (TRASPADINI, 2016, p. 116).

Se considerarmos as relações capitalistas na complexidade em que se revestem na América Latina, veremos que sua reestruturação produtiva atinge a classe trabalhadora no campo e na cidade, e a essa mesma classe se relaciona. Pois,

Nos centros urbanos, as principais marcas desse processo de reestruturação produtiva do capital se evidenciam no fato de que as plantas fabris estão sendo remodeladas para abrigar os rearranjos que apontam para a intensificação da concentração do capital, do





crescimento inaudito da urbanização, seguido das maiores taxas de favelização e de desemprego da população trabalhadora; como também para acomodar a transferência de segmentos produtivos para outras empresas de menor porte, como parte da terceirização, e na atomização para inúmeros trabalhadores(as) que engrossam as fileiras do trabalho domiciliar, temporário. Nos campos, esses fundamentos se expressam em nível mundial de forma também contundente e diferenciada, amparado, pois, de forma mais ou menos direta ao modelo agroexportador vinculado aos programas de ajustes estruturais do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e no regime de livre comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC). É, pois na totalidade viva do trabalho que estamos direcionando nossas atenções: se camponês, se operário, se as diferentes formas de expressão da laboração humana, da plasticidade laborativa e profissional, encimada nas múltiplas determinações das relações de trabalho e de produção. Essas relações são, pois, expressão do metabolismo do capital e atingem também o universo simbólico da vida dentro e fora do trabalho, ou as subjetividades expressas nas compreensões de mundo, formas de organização, resistência, e das lutas, que em conjunto enriquecem e redefinem os conteúdos e os rumos dos movimentos sociais, especialmente aqueles que estão envolvidos na temática da terra (THOMAZ JÚNIOR, 2008, p. 276-277).

Em relação direta com as precárias condições de vida e de trabalho no campo, está a estrutura agrária. Como podemos observar o latifúndio, bem como o minifúndio, constituem, em quase todos os países latino-americanos, o problema que estrangula o desenvolvimento humano e social do campo e da cidade, além da distribuição de renda, de riquezas e de poder.

Considerações Finais

Diante do exposto, no que consiste à nossa análise até aqui, compreende-se que, no Brasil, e portanto, no continente latino-americano, a interpretação e o entendimento de nossa problemática agrária torna-se crucial para a análise concreta, a fundo, da problemática em que se envolvem o conflito entre o capital e o trabalho.

Como vimos, a América Latina esteve, desde sua gênese – da “descoberta” à colonização e à estruturação econômica –, dialeticamente integrada, em sua processualidade histórica,



ao capitalismo: inicialmente ao capitalismo mercantil, depois ao capitalismo industrial e concorrencial e, em seguida, ao imperialismo (ou ao capitalismo monopolista); sendo, portanto, parte integrante e constitutiva do seu desenvolvimento, a totalidade capitalista burguesa. Em outras palavras: a questão agrária é parte do lastro que produz a “questão social”. Pois o capital hegemônico que está no urbano, ou melhor, industrializado e urbanizado, é o mesmo que hegemoniza o campo através das grandes empresas agrícolas e da engrenagem capitalista do agronegócio. Assim como a reprodução de relações não essencialmente capitalistas.

Coaduna-se com essa assertiva que o desenvolvimento capitalista na América Latina é dependente e que, portanto, a *questão agrária faz parte da gênese da “questão social”*. Mais ainda, não é “apenas” uma expressão da “questão social”. Ao partir-se dessa hipótese, coloca-se o desafio de sobre ela pensar numa perspectiva mais genuína: aquela a que, por isso, nos filiamos.

Referências Bibliográficas

- BAMBIRRA, Vania. Teoría de la dependencia: una anticrítica. In: CASTRO, Elisa Guaraná de. *Vozes de nossa América: cultura, política e pensamento crítico*. Seropédica (RJ): Ed. da UFRRJ, 2010.
- _____, Vânia. SANTOS, Theotonio dos. Brasil: nacionalismo, populismo, e ditadura. Cinquenta anos de crise social. In: CASANOVA, Pablo González. *América Latina, história de meio século*. Brasília: Editora UNB, 1988.
- CERQUEIRA FILHO, G. A *“questão social” no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- DIAS, Cristiane Francelina. (2015). *Modernizações Conservadoras: Entidades Orgânicas do Agronegócio (ABAG:1993-2013)*. 2015. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- _____. (2021). *Dialética na práxis e consciência de classes do MST (Brasil) e MNCI (Argentina)*. 2021. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas/Universidade de Brasília.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: 6ª ed., Paz e Terra, 1979.

- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez/Celats, 2011.
- IANNI, Octavio. Revoluções camponesas na América Latina. In: SANTOS, José Vicente T. dos. *Revoluções camponesas na América Latina*. São Paulo: Ed. Icone/Unicamp, 1985.
- _____. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- KAPLAN, Marcos. Cinquenta anos de história Argentina (1925-1975): O Labirinto da frustração. In: CASANOVA, Pablo González. *América Latina, história de meio século*. Brasília: Editora UNB, 1988.
- KATZ, Claudio. *Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- _____. *La teoría de la dependencia, cincuenta años después*. San Telmo/Buenos Aires: Batalla de ideas, 2018.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular/CLACSO, 2008.
- MARINI, Ruy Mauro. *A Dialética da Dependência/ uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini; organização e apresentação de Emir Sader*. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- MARTINI, Vanderlei. (2018). *Formação Contemporânea do Brasil: desenvolvimentismo, lulismo e bloco político-social*. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Política Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MARX, Karl. *Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2006.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica a razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.
- OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva: estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; LUCE, M.; OSÓRIO, J. *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- PRADO Jr. Caio. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- SANTOS, Theotonio dos. *Dependencia y Cambio Social*. In: LOWY, Michel. *Marxismo na América Latina*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 394-398.
- SEABRA, Raphael Lana. *Dependência e Marxismo. Contribuições*

ao debate crítico latino-americano. Florianópolis: Insular, 2017.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – qual o lugar do campesinato e do proletariado? In: FERNANDES, Bernardo Mançano. *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. (2016). *Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas*. Minas Gerais: Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento, Inclusão Social e Educação/FAE/UFMG.

Notas

- 1 Este artigo constitui parte de nossas pesquisas acadêmicas sobre a temática: ver, DIAS, 2015; DIAS, 2021; MARTINI, 2018. [voltar]
- 2 É importante destacar que mesmo havendo entre os/as citados/as matizes e diferenças na forma de interpretação da realidade, a unidade e coerência se encontram na supressão do capitalismo como caminho necessário para a superação da dependência. [voltar]
- 3 Termo que se usava para o trato da problemática agrária e suas consequências para as populações originárias. [voltar]



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em maio de 2021 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).